

Por um Algarve sem Pobreza

A candidatura apresentada pela In Loco com a parceira da AMAL e da Rede Europeia Anti Pobreza / Portugal - REAPN ao Programa Nacional do Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social foi aprovada. Esta candidatura, designada “Por um Algarve sem Pobreza”, a realizar até ao final de 2010, tem por objectivo favorecer a tomada de consciência da realidade da pobreza na região algarvia e da necessidade estratégica de a superar. Mais especificamente, o projecto está estruturado de modo a:

- organizar, produzir e difundir conhecimento sobre a pobreza e a exclusão na região do Algarve e sobre novas formas de a pensar e combater;
- dotar pessoal técnico e estudantes que se preparam para ser profissionais das áreas da economia e intervenção social de um olhar distinto sobre a pobreza e comprometido com a sua erradicação;
- mobilizar docentes e estudantes, particularmente do ensino obrigatório e secundário, para uma abordagem da pobreza criativa e consciencializadora;
- potenciar a participação activa das pessoas em situação de pobreza e exclusão social na resolução dos seus próprios problemas
- produzir e difundir propostas de acção apostadas na construção de um território inclusivo e sem pobreza.

O projecto assenta em algumas opções essenciais, decorrentes da escassez de recursos financeiros disponíveis - orientados para suportar campanhas e não intervenções - mas também de princípios de acção assumidos pelas entidades proponentes, nomeadamente:

- não criar expectativas irrealistas em pessoas e comunidades fragilizadas por situações de pobreza e exclusão;
- ultrapassar a tendência para desenvolver abordagens assistencialistas e para encerrar os “públicos-alvo” em estereótipos negativos;
- diagnosticar as realidades (de pobreza e exclusão), circunscrevendo os aspectos negativos mas detectando igualmente os potenciais a mobilizar;
- favorecer a emergência de consciências críticas e a assunção de posturas comprometidas e solidárias;
- despoletar um imaginário social criativo e mobilizar para a projecção de futuros alternativos.

As actividades do projecto organizam-se em função de três eixos de actuação e da produção de um instrumento de apoio à acção futura:

Eixo de Capacitação

- formação dirigida aos quadros técnicos das 16 Redes Sociais do Algarve, sobre as temáticas do Ano Europeu;
- dinamização de 4 workshops dirigidos a pessoas em situação de vulnerabilidade;

- ciclo de 5 conferências para estudantes das áreas sociais e da economia, na Universidade do Algarve.

Eixo da Dinamização

- mobilização de escolas de ensino obrigatório e secundário para realizar trabalhos sobre a pobreza no Algarve e um Algarve sem pobreza;
- estimulação de pessoas e grupos da sociedade alargada (em situação de pobreza ou não) para produção de trabalhos sobre os mesmos temas.

Eixo da disseminação

- produção de uma página Web;
- publicação de informação num jornal regional de tiragem significativa;
- Realização de um Fórum regional

Para além dos eixos já referidos, será produzido um Caderno de Propostas de Políticas Sociais, através da acumulação de ideias surgidas no desenvolvimento dos eixos de capacitação e de dinamização e do fórum de debate do site (eixo da disseminação). Este caderno será apresentado e validado no Fórum Regional, para posterior apresentação a entidades públicas e privadas com actuação directa nas problemáticas do Ano Europeu.





Apetreçamento Tecnológico das Escolas EB1 do Algarve

A candidatura que a AMAL apresentou para apetreçamento tecnológico das Escolas EB1 do Algarve foi aprovada pela Comissão Directiva em Novembro e uma vez que a CCDR Algarve informou que a condicionante existente (Parecer do GEPE- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação) já foi levantada em 31-03-2010, e que o referido Gabinete validou a listagem das escolas consideradas no projecto, decidiu-se dar início aos procedimentos para concretizar a candidatura. Assim, no passado dia 7 de Abril, decorreu na AMAL uma reunião, na qual participaram 2 técnicos por Município, um da área da educação e outro da área de Informática.

Esta reunião teve por objectivo constituir as comissões técnicas para os procedimentos, bem como dar conhecimento aos presentes dos seguintes pontos:

- Lista validada pelo GEPE das escolas integradas na candidatura, com a discriminação dos equipamentos a financiar em cada uma.

- Vão-se realizar procedimentos diferenciados, no âmbito da candidatura, para as três componentes, ou seja, aquisição dos quadros interactivos, redes de área local (LAN) e videovigilância.

- No referente aos quadros interactivos, vai realizar-se um acordo quadro, através de um concurso público internacional e posteriormente será criado um agrupamento de entidades para a adjudicação dos equipamentos.

- Podem ser consideradas elegíveis as despesas com a aquisição de equipamentos pagas a partir de 4 de Abril de 2008.

Relativamente à formação que deverá ser incluída no caderno de encargos, definiu-se que esta será especificada, em articulação com a DREAlg, nos moldes do procedimento lançado pelo Governo, tendo como destinatários um professor responsável na área das TIC por escola. Assim, ficou estabelecido que a AMAL reuniria com a DREAlg, para clarificação deste ponto.

Legislação de Interesse para os Municípios

- **Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março** - Procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 01 de Abril** - Aprova a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 28/2010, de 12 de Abril** - Propõe medidas no âmbito do programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por jovens.

- **Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010** - Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de Abril** - Aprova a Estratégia Nacional para a Energia 2020.
- **Portaria n.º 210/2010, de 15 de Abril** - Segunda alteração à Portaria n.º 431/2006, de 3 de Maio, que estabelece os requisitos, prazos e termos de procedimento administrativo a seguir em processos relativos a zonas de caça municipais, associativas e turísticas.

Reunião do Conselho Executivo

Promoção da Execução dos Investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do QREN

Decorreu no passado dia 9 de Março a assinatura do memorando de entendimento entre o Governo e a ANMP, relativo à promoção da execução dos investimentos de iniciativa Municipal, no âmbito do QREN.

QREN

No âmbito do PO Algarve 21, Eixo Prioritário 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano, está a decorrer desde 01/02 e até 30/06, o concurso para a “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar”.

Reunião com a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral

Na sequência da reunião entre a Presidência da AMAL e da AMBAAL, decorreu no passado dia 19 de Março uma reunião entre os técnicos das duas Associações, na qual ficou acordado:

- Apresentar uma candidatura ao Programa Sudoe, para a elaboração de um plano para constituição do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, envolvendo as duas regiões bem com a Junta de Andaluzia;
- A AMAL irá contactar a Junta de Andaluzia, tendo em vista envolver esta entidade no projecto;
- A AMBAAL irá elaborar a candidatura.

Dia de Portugal

As comemorações alusivas ao Dia de Portugal serão realizadas em Faro, com a presença de Sua Excelência o Presidente da República.

AREAL

O Professor José Oliveira fez um ponto de situação das actividades desenvolvidas na AREAL e demonstrou a sua disponibilidade para colaborar com as Câmaras Municipais em novos projectos. O Director Geral da AREAL fez ainda um ponto de situação relativo ao projecto “Pacto dos Autarcas”.

Globalgarve

Gestão de infra-estruturas de telecomunicações - O Director Geral da Globalgarve, fez uma breve apresentação do Decreto-Lei n.º 123/09, de 21 de Maio, relativo às infra-estruturas de telecomunicações construídas no âmbito de operações urbanísticas.

Documentos de Prestação de Contas do ano de 2009

Foi apresentado o documento supra referido onde constam os documentos necessários à prestação de contas, nomeadamente, o balanço, a demonstração de resultados, entre outros, que reflectem o resultado anual da actividade e da situação patrimonial da AMAL.

Os referidos documentos foram aprovados por unanimidade e remetidos para a Assembleia Intermunicipal.

Concurso para aquisição de combustível - Agrupamento de entidades adjudicantes

Relativamente ao referido concurso o Presidente informou os presentes que o agrupamento de entidades adjudicantes, o

programa de procedimento e o caderno de encargos deverão ser aprovados nas reuniões de Abril das Assembleias Municipais, das respectivas Câmaras Municipais.

Formação - Candidatura ao Programa Operacional do Potencial Humano (POPH)

O Conselho Executivo deliberou por unanimidade ratificar a candidatura apresentada pela AMAL ao POPH – Tipologia de Intervenção 8.3.4 “Qualificação dos profissionais da Administração Local”. A referida candidatura envolve um valor estimado de 506 mil euros, dos quais 406 mil são financiados pelo Fundo Social Europeu, para a realização de 245 acções de formação.

Acções de Solidariedade com a Região Autónoma da Madeira

Na sequência da disponibilidade demonstrada pelo Conselho Executivo para apoiar o Arquipélago da Madeira, através da ajuda para construção de um imóvel e recebida a listagem da Câmara Municipal do Funchal com as necessidades relativas à reconstrução e requalificação de habitações, nomeadamente através do envio materiais de construção civil, o Conselho Executivo deliberou por unanimidade apoiar o Arquipélago através do envio dos referidos materiais de construção. Deliberou também solicitar a todas as Câmaras que indicassem quais os materiais de construção e respectivas quantidades que pretendem atribuir.

De acordo com ofício da ANMP, o transporte destes materiais para o Funchal, que poderão ser entregues no Porto de Leixões, será efectuado sem custos para os dadores.

Cartografia à escala 1:10 000

Ponto de Situação - Em Junho de 2009 foi celebrado o 3.º aditamento ao contrato entre a AMAL e o consórcio, de forma a garantir a correcção de anomalias detectadas na cartografia até à homologação da mesma pelo Instituto Geográfico Português.

Em Julho de 2009 foram entregues ao municípios os DVD's com a respectiva cartografia e foi-lhes solicitado que verificassem a existência de anomalias na cartografia dos seus concelhos e que comunicassem à AMAL essas situações.

Recebida a informação com as incorrecções, a mesma foi reportada ao consórcio que iniciou os trabalhos de correcção. Alguns municípios já receberam as novas versões corrigidas, tendo o consórcio assumido o compromisso de efectuar todas as correcções até ao final de Março.

Posteriormente será dado início ao processo de homologação da cartografia junto do IGP.

Representação da ANMP no Comité Permanente para o Partenariado Euromediterrânico (COPPEM)

Nomeação de suplentes – Foram nomeados membros suplentes do referido Comité o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loulé e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel.



A AMAL e a Direcção Regional de Educação, têm mantido com a ACTA, uma relação institucional muito próxima, nomeadamente nos projectos VATE - Vamos Apanhar o Teatro (AMAL) e Teatro para a Educação (DREAlg), que evidenciam claramente que a promoção da cultura e da educação são objectivo permanente da Companhia de Teatro do Algarve. Este objectivo consubstancia-se no desenvolvimento de um conjunto de projectos que cruzam a criação artística com as vertentes educativas e sociológicas, que claramente se integram nos requisitos dos Prémios Gulbenkian Educação.

A AMAL e a DREAlg, reconhecendo o mérito do trabalho desenvolvido pela ACTA, apresentaram uma candidatura ao Prémio Gulbenkian Educação, nomeando a ACTA como entidade candidata. O Prémio Gulbenkian Educação tem como objectivo distinguir entidades ou individualidades que contribuam efectivamente para a promoção das capacidades individuais e valorização dos recursos humanos, através do desenvolvimento de projectos nos domínios culturais e científicos.

A Companhia de Teatro do Algarve, para além de uma programação geral eclética e abrangente, tem promovido em parceria com a DREAlg, projectos que visam a divulgação do teatro junto das escolas bem como a formação de professores na área da expressão dramática.

Foi no âmbito desta parceria que foi desenvolvido o “Programa de Teatro para a Educação”, direccionado para os alunos do ensino básico e secundário, abordando obras e autores que constam dos programas das disciplinas, bem como diversas problemáticas das comunidades escolares, nomeadamente a toxicodependência, a educação sexual e o bullying. A gestão destes temas é feita conjuntamente com as escolas (Gabinete de Apoio aos Alunos) ou com a própria Direcção Regional de Educação.

A intervenção activa da ACTA ao nível social e pedagógico está também bem visível com o desenvolvimento do seu Serviço Educativo, nomeadamente através do Projecto VATE – Vamos Apanhar o Teatro, que conta com o apoio dos 16 Municípios do Algarve e de outras entidades. Este projecto decorre da circunstância de ser móvel e de funcionar a bordo de um autocarro que se encontra apetrechado com palco, plateia, régie, bastidores e camarins. Direccionado para as zonas de baixa densidade, o VATE leva o Teatro a locais de difícil acesso, onde os eventos culturais são inexistentes, e tem como objectivo, mostrar que a arte dramática pode ser uma importante ferramenta no que diz respeito à pedagogia social. O público-alvo é especialmente constituído pelas crianças e idosos das localidades, e as técnicas artísticas privilegiadas neste projecto são os bonecos e as formas animadas (marionetas, fantoches, sombras, etc.), alguma representação e narração oral.

Contrato Microsoft

O actual contrato Microsoft de Software Assurance termina em Setembro próximo, assim e com a perspectiva de celebrar um novo contrato para 2010/2013, foi constituído um grupo de trabalho para analisar e preparar os procedimentos. Com esta perspectiva foi efectuado um levantamento dos produtos a subscrever prevendo-se a realização de um concurso público internacional, através de um acordo quadro.

Central de Compras

A Comissão de Acompanhamento da Central de Compras da AMAL (CC-AMAL) de acordo com o seu regulamento orgânico e de funcionamento, tem como uma das suas principais actividades a celebração de acordos quadro que tenham por objecto a posterior celebração de contratos de aquisição de bens móveis ou serviços por parte dos municípios. Assim, a referida Comissão propôs que durante o ano de 2010 sejam realizados acordos quadro para a selecção de fornecedores dos seguintes bens:

- Papel
- Material de economato
- Consumíveis de informática
- Produtos de higiene e limpeza
- Sinais de trânsito
- Bens relativos à candidatura de apetrechamento tecnológico das Escolas EB1.

Estas propostas foram levadas a Conselho Executivo, que as aprovou por unanimidade.

A Comissão de Acompanhamento da Central de Compras da AMAL (CC-AMAL) reuniu no dia 19 de Abril, na Câmara Municipal de Olhão. Dos vários assuntos tratados, destaque para o procedimento de formação de acordo quadro para fornecedores de papel, cujo anúncio já foi publicado, encontrando-se a decorrer, até ao dia 24 de Maio, o prazo para apresentação de propostas.

Em Junho irão ser lançados dois procedimentos para formação de acordos quadro, a saber: material de economato e quadros interactivos. No mesmo mês terá também início o procedimento de formação do contrato para aquisição de combustíveis rodoviários.

Foram ainda designadas as Comissões Técnicas para produtos de higiene e limpeza e sinais de trânsito.

Vai realizar-se em Abril uma acção de formação subordinada ao tema “Centrais de Compras: alinhamento com as estratégias corporativas” cujos principais destinatários são os membros da Comissão de Acompanhamento.

Esta acção de formação está orientada para dotar os participantes de conhecimentos e competências, metodologias e ferramentas que facilitem a implementação de práticas eficientes de gestão das compras, nas diversas entidades, designadamente em articulação com Centrais de Compras, contribuindo para a criação de valor. Pretende-se, igualmente, a familiarização com conceitos chave de aprovisionamento, devidamente suportados pelo recente enquadramento jurídico, bem como com a problemática da sustentabilidade, ética e ambiental, das compras públicas.